

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC NA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-104 ENTRE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI – AL

João Paulo da Silva Neto

j99000367@gmail.com

Graduando em geografia pela Universidade Estadual de Alagoas

RESUMO: Este artigo apresenta o roteiro das atividades realizadas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC, no acampamento na faixa de domínio de União dos Palmares e Murici. O trabalho teve como objetivo descrever a importância da aula de campo como ferramenta de pesquisa e coleta de dados. A realização da atividade de campo teve como objetivo proporcionar ao discente conhecimento geográfico a partir da abordagem do espaço local dos acampamentos na BR-104. Também foi feito um levantamento bibliográfico sobre a luta camponesa pela Terra no Brasil e suas conflitualidades. A pesquisa segue a linha do materialismo histórico dialético para a análise de dados quantitativos, para compreensão da realidade histórica e de suas contradições, explicando fenômenos sociais.

Palavras-chave: Campesinato, Pesquisa, Pibic.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância das pesquisas de campo como metodologia de desenvolvimento Científico. Neste contexto destacamos a pesquisa de campo como recurso capaz de facilitar o tramite entre a teoria e a prática no desenvolvimento acadêmico. Diante disso, faz-se necessário buscar base teórica e empírica para melhor compreensão do tema abordado, buscando as melhores ferramentas para explicar a realidade local, desenvolvendo um raciocínio lógico com senso crítico.

Para um pesquisador, a utilização da metodologia de pesquisa de campo na geografia é um instrumento de grande contribuição. A atividades fora do laboratório ou da classe é um complemento ao aporte teórico e ao perfil do pesquisador e proporciona uma melhor eficácia no desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa de campo como metodologia de desenvolvimento no PIBIC

A aula de campo é um instrumento que contribui para o desenvolvimento de pesquisa, sua prática contribui para a aproximação da teoria à realidade, como também na construção de conhecimento do discente.

A aula de campo teve como objetivo proporcionar aos alunos conhecimentos geográficos a partir da abordagem do espaço local do município, sendo realizada em uma coleta de dados, analisando todos os acampamentos na BR-104 entre os municípios de União dos Palmares e Murici. Durante a visita foi possível detectar diversos problemas socioambientais, tais como: desmatamento, esgoto a céu aberto, falta de assistência médica e saneamento básico.

São muitas as discussões no âmbito da geografia para compreender todo o processo de transformação do mundo e da sociedade. A geografia tem como objetivo o estudo do espaço geográfico, analisando as relações entre o homem e a natureza. Nesse contexto, cabe à geografia o papel do pensamento crítico, tendo o conhecimento geográfico como importante instrumento para a formação do cidadão. Diante disso, foi feito um cronograma de pesquisa, subdividido em 12 atividades.

Cronograma de Atividades

Período da bolsa: 01 de agosto de 2018 a 31 de junho de 2019

- 1 – Revisão Literária
- 2 – Visitas de Campo para conhecimento das áreas e sujeitos
- 3 – Elaboração de um Plano de ação com base na realidade conhecida
- 4 – Elaboração de questionários e roteiros de entrevistas
- 5 – Aplicação de Questionários e Entrevistas
- 6 – Tabulação de Dados
- 7 – Análise Qualidade dos Dados
- 8 – Escrita do Texto Final
- 9 – Apresentação dos Resultados a comunidade científica

ATIVIDADES	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1	■	■	■	■	■	■						
2			■									
3				■								
4					■	■						
5							■	■				
6												
7									■	■		
8											■	
9												■

Etapa 01 – Agosto

Demos início às atividades no mês de agosto, nesse primeiro contato foi feita a pesquisa e seleção de alguns textos para começarmos a construir a revisão da literatura pertinente. Trabalhando desde os clássicos da geografia agrária, até os atuais, fazendo um entrelaçamento do espaço e tempo. Também foram utilizados autores ligados ao movimento do campo, sendo trabalhada neste mês de agosto a história e luta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem fazendo desde a década de 70 no Brasil.

Para Marques (2003) a história dos camponeses no Brasil desde o princípio. Após a crise do trabalho escravo e o surgimento da Lei da Terra, em 1850, a coisa se agravou ainda mais. Afinal, ela estabeleceu que dali em diante ficariam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não fosse o de compra.

Segundo Sousa (2018, p.94) [...] a lei deixava claro, no artigo segundo, que todos que se apossassem de terras devolutas ou alheias seriam obrigados ao despejo com perda, inclusive, das benfeitorias e estariam predispostos à pena de prisão. Nessa época não existiam grupos camponeses tão organizados a lutar pela terra, por isso os políticos favoreciam os burgueses com tanta felicidade.

Um grande marco na história que caminhou no sentido inverso, ou seja no sentido da organização social no campo foi à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos principais movimentos de organização do campo e que se dedica à compreensão e luta pela superação da questão agrária no Brasil. Sua origem está ligada à contrapartida ao modo de produção capitalista. Segundo Oliveira (2001, p.205) [...] a história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta. A luta pela terra sempre foi marcada pelos conflitos e mortes.

Etapa 02 – Setembro

No mês de setembro demos continuidade à revisão literária, já com todos os textos pré-selecionados. Nesse segundo mês o nosso projeto já começou a ganhar corpo, faltando apenas alguns complementos teóricos para enriquecer o texto. Tendo como ênfase o conceito de camponês e a sua importância como elemento para o desenvolvimento do camponês como classe. O conceito de campesinato sempre vai

estar presente na luta pela terra, nos assentamentos, engajado no trabalho familiar e na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Segundo Fênix (2013)

O conceito de campesinato é um conceito atual e permanente, podendo ser entendido como uma classe social integrada à vicissitude de forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo. No Brasil essa classe se destaca pela força do trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista. Fênix. Uma breve discussão em torno do conceito de campesinato. (2013, p.2)

Para ser camponês é preciso ser mais do que um produtor rural, é preciso estar ligado à luta pela terra, engajado nos movimentos sociais, ser camponês é muito mais do que viver da terra, é um novo modo de vida, uma nova classe social. O campesinato surge como uma expressão contraditória ao modo de produção capitalista existente, que tem como impulsor não só a mercadoria, mas também a acumulação.

Etapa 03 – Outubro

No mês de agosto demos continuidade na seleção de textos sendo trabalhada a reforma agrária no Brasil. Fizemos o primeiro contato com a comunidade assentada às margens da BR_104. Conversamos com alguns moradores, demos um passeio pela comunidade que ali já está se formando, fizemos algumas perguntas. Foi um momento muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois, foi o momento onde tivemos a oportunidade de entrelaçar todo conhecimento adquirido nas reuniões e colocá-lo em prática. Com isso, demos início à construção do plano de ação, baseando-se na realidade conhecida na visita à comunidade. Primeiro com uma discussão em torno da reforma agrária.

Existem diversos conceitos de reforma agrária, mas tomamos como principal a forma de melhoria social e estrutural nas relações tradicionais da propriedade e a luta pela melhor distribuição de terra. Para atingir uma reforma é necessário que haja uma série de mudanças, primeiramente nos alicerces jurídicos, conciliado ao social, econômico e financeiro. Essas ações modificam o processo jurídico da propriedade, a assistência social, as técnicas agrícolas e o sistema de crédito, tendo como propósito a valorização do trabalhador e incentivo à produção.

Sousa (2018, p.132) também segue essa linha, afirmando que a reforma agrária não é apenas pegar terra do Estado não utilizada ou infértil e distribuir. Reforma agrária

seria mexer com o latifúndio, com os grandes fazendeiros, desapropriando as terras de quem estivesse passando do limite que está previsto por lei e distribuindo para quem quisesse trabalhar nela. Mas não basta só distribuir as terras, também é dever do Estado propiciar os meios de sobrevivência e de trato com a terra. Segundo ele [...] é preciso considerar, quando da instituição de uma verdadeira reforma agrária, o acesso à moradia digna, direitos trabalhistas, além do amplo acesso à educação, saúde e segurança.

Etapa 04 – Novembro

Conciliando com as visitas à campo, voltamos no mês de outubro, para o laboratório, afim de elaborarmos o o questionário que seria aplicado. Fizemos alguns ajustes teóricos, foi de suma importância o contato direto com a comunidade para essa construção. Após o primeiro contato e elaboração do questionário, voltamos à revisão literária sendo trabalhado o conflito por terra no Brasil.

Os conflitos sociais são constantes no território brasileiro. A luta por terra é sempre marcadas por vários conflitos, chegando a casos de mortes. Segundo Umbelino (2001, p.190) “Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca impar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX.” Desde o começo da “civilização” brasileira, há mais de 500 anos, os indígenas são uma prova histórica disso. Eles lutaram, tentaram resistir, mas infelizmente tiveram que fugir e muitos acabaram mortos nesses confrontos.

Etapa 05 – Dezembro

No mês de dezembro organizamos as equipes e reajustamos algumas perguntas no questionário para começarmos a aplicar no mês seguinte. Ainda no mês de dezembro demos início a um pré-roteiro de entrevista, baseando sempre no primeiro contato na comunidade. Com isso, fizemos alguns avanços literários, reajustamos algumas questões teóricas, descartando o que não era essencial para o desenvolvimento teórico do projeto.

Etapa 06 – Janeiro

No mês de janeiro foi concluída a produção do questionário. Passando a focar na produção do roteiro das entrevistas, ele foi desenvolvido como ferramenta de interação com a comunidade. Analisando essa realidade, começamos a construir um roteiro buscando ao máximo montar algo contínuo, que fosse favorável para alcançarmos o resultado esperado.

Etapa 07 – Fevereiro

No mês de fevereiro foi o momento onde tivemos o privilégio de colocar em prática semanas de trabalho. Começamos a aplicar os primeiros questionários nos acampamentos aos arredores da BR-104. Após ser feita uma análise sobre a região da BR 104, foi feita uma divisória em três áreas para a aplicação dos questionários. Nesse primeiro contato foi feito o levantamento dos questionários do primeiro acampamento, representado como o MLT (Movimento pela Libertação da Terra). Além da coleta dos questionários, também foram feitas as entrevistas.

A segunda parte foi com o movimento pela terra, denominado como MUPT (Movimento Unidos Pela Terra). O acampamento tinha uma forma diferente de organização do espaço, denominada pelo organizador do movimento (Sr. Grande) de “roça rotativa”, lá no acampamento ninguém tinha terra dividida, o espaço ao mesmo momento era de todos, pois qualquer um dos acampados poderia utilizar, como também não era de ninguém, pois no momento em que ele parasse de utilizar a terra, perderia o seu direito a ela e logo era repassado para outro componente, que em muitos dos casos já eram novos integrantes.

Etapa 08 - Março

No mês de março foram concluídas as entrevistas e dado início a terceira e última parte das coletas, que por sinal também tinha a mesma identificação do segundo acampamento, denominada como MUPT. Nesse último acampamento foi observado que a qualidade de vida é inferior aos outros acampamentos. Pois no acampamento não tinha água nem energia.

Nos outros acampamentos apesar de não ter água devidamente tratada, mas ao menos tinha a presença de água para plantação. A falta de assistência médica aos acampados é algo preocupante, em nenhuma das entrevistas feitas foi detectada a presença de algum agente ou médico do município. Para concluir o mês de março foi feita a contagem e tabulação de dados.

Etapa 09 – Abril

No mês de Abril foi analisada a tabulação dos dados, depois de conferida a análise, foi dada início a contagem dos questionários. A próxima etapa foi analisar a qualidade do material recolhido no acampamento, juntado todos os questionários para

somar o valor total de repostas e elaborar os cálculos de porcentagem, para mais a frente desenvolver os gráficos do projeto.

Etapa 10 – Maio

No mês de Maio foi concluída a apuração dos dados do questionário e colocado em planilha. Também foram desenvolvidos os gráficos a partir dos dados recolhidos.

Etapa 11 – Junho

No mês de Junho iniciamos a escrita do trabalho final, momento em que juntamos a análise teórica com a análise dos dados propriamente ditos e a experiência vivida no contato com os sujeitos dos acampamentos.

Etapa 12 – Julho

Nesse último mês de pesquisa foi feita a revisão geral do projeto, para assim, mais a frente ser apresentada no Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA e no V Encontro Nacional e XI Fórum Estado, Capital, Trabalho - V ENGPECT.

Considerações Finais.

Segundo Andrade (2014, p.168) O acesso a terra e o seu significado para posseiros, agregados, pequenos proprietários, trabalhadores nacionais, escravos, libertos e moradores têm a algum tempo, despertado o interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. A luta pelo acesso a terra vem ganhando cada vez mais interesse dos pesquisadores ao longo do tempo.

O acesso a terra gerou inúmeros trabalhos na academia, dentre eles, estão a libertação dos escravos, o significado da propriedade da terra, a estruturação dos movimentos camponeses, a luta pela terra para todos. A reforma agrária, tema tão caro ao Brasil, tem avançado lentamente graças ao pequeno agricultor que tem a partir da resistência feito sua própria reforma agrária. Enfim, eles têm feito sua própria reforma agrária, mas ainda estamos muito longe de uma verdadeira reforma agrária, onde todos os direitos a saúde, educação, lazer e segurança sejam assegurados à para todos.

Segundo Sousa (2018, p.138) [...] isso só será possível mediante ampla e corajosa transformação na nossa estrutura agrária, na forma de uso de terra. Para que no futuro a vida no campo seja menos penosa e mais saudável, com uma política de crédito

e material para cuidar da terra e torná-la acessível. Para assim, propiciar melhor qualidade de vida no campo.

Referência

LIMA, V. B.; ASSIS, L. F.. **MAPEANDO ALGUNS ROTEIROS DE TRABALHO DE CAMPO EM SOBRAL/CE: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DE GEOGRAFIA**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, SOBRAL/CE, , v. 06/07, p. 09 - 181, 04 mar. 2005.

MARQUES, Marta. **Campesinato e luta pela terra no Brasil**. In: BERTONCELLO , R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto n.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2013.

SOUSA, R.. **Da Luta Por Acesso aos Desafios da Permanência: Uma Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Brasil e Cuba**. Maceió: edições do autor, 2018. v. 1. 188p .

OLIVEIRA, A. U. **A longa mancha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, confrontos e reforma agrária**. *Estud. av.* vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

FÉLIX, I. M. C. S.. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato**. In: **I Simpósio Baiano de Geografia Agrária**, 2013, Vitória da Conquista. I SBGA. Vitória da Conquista: EDUESB, 2013. v. V. 1.. p. 01-19.

OLIVEIRA, A. U.. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria**. *Estudos Avançados*, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.